

CURSO PRESENCIAL

Legislativo

Executivo

Atuação Legislativa, Governança e Segurança Jurídica na Administração Pública

12 a 14 de Agosto/ 2026

Curitiba/PR

**Evento Presencial*

Fagner Gongora



Objetivo

O curso "**Atuação Legislativa, Governança e Segurança Jurídica na Administração Pública**" foi desenvolvido para fortalecer a atuação técnica, estratégica e institucional de vereadores, gestores, servidores públicos, assessores parlamentares e agentes da Administração Pública, promovendo uma visão moderna, integrada e prática sobre os principais desafios da gestão pública municipal. Durante a capacitação, os participantes terão acesso às mais recentes orientações dos Tribunais de Contas, às atualizações da legislação, à jurisprudência dos Tribunais Superiores e às boas práticas de governança, fiscalização, processo legislativo, Direito Eleitoral, licitações e contratos administrativos, proporcionando maior segurança jurídica na tomada de decisões.

BENEFÍCIOS PARA OS PARTICIPANTES

- Atualização sobre as novas interpretações dos Tribunais de Contas e da legislação aplicada à Administração Pública.
- Fortalecimento da atuação legislativa e da fiscalização das políticas públicas com técnicas e ferramentas práticas.
- Maior segurança jurídica na elaboração de leis, fiscalização dos atos administrativos e exercício das funções públicas.
- Conhecimento atualizado sobre Direito Eleitoral, prevenindo irregularidades, condutas vedadas e riscos durante o exercício do mandato.
- Capacitação prática sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos, desde o planejamento das contratações até a execução e fiscalização contratual.
- Desenvolvimento de uma visão estratégica baseada em governança, transparência, controle interno, gestão de riscos e gestão por resultados.
- Conhecimento sobre responsabilização dos agentes públicos, improbidade administrativa e jurisprudência recente, reduzindo riscos de responsabilização civil, administrativa e penal.
- Aplicação imediata dos conhecimentos por meio de estudos de casos, perguntas e respostas e situações práticas do cotidiano da Administração Pública.

Público-alvo

- Vereadores;
- Servidores das Câmaras Municipais;
- Servidores do Poder Executivo;
- Secretários municipais;
- Assessores parlamentares;
- Gestores públicos.

Local



Hotel Saint Emilion,
CURITIBA-PR

Carga horária:



15hs

Horários



12/08/2026 - 9h às 12h | 14h às 17h
13/08/2026 - 8h30 às 12h | 14h00 às 17h
14/08/2026 - 8h30 às 11h

Conteúdo Programático

ORIENTAÇÕES DOS TRIBUNAIS DE CONTAS SOBRE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NOS MUNICÍPIOS

- Conselhos Municipais: Uma nova visão sobre a interpretação do PROGOV;
- Novas decisões dos Tribunais de Contas sobre as carreiras em área da saúde;
- Interpretações atualizadas sobre remuneração dos agentes Políticos;
- Recursos da Educação: Quanto seu município "arrecada" ou "deixa" de arrecadar com as novas modalidades de repasse do governo federal aos municípios;
- ACS e ACE's remuneração e aposentadoria

O PODER LEGISLATIVO E A CONSTITUIÇÃO FEDERAL

- Estrutura constitucional do Poder Legislativo;
- Espécies normativas e suas especificidades;
- Lei Complementar 95/98
- Vícios de iniciativa;
- Constitucionalidade das normas municipais;
- Perguntas e respostas

PLANO DE FISCALIZAÇÃO LEGISLATIVA

- O Prolegis e Plano de Fiscalização: Como elaborar uma fiscalização eficiente respeitando a separação de poderes.
- Gestão Risco x Gestão de Resultados;
- Como criar e avaliar Indicadores de desempenho;
- Administração Pública e o Controle Social;

CONCEITOS DE DIREITO ELEITORAL

- Princípios do Direito Eleitoral;
- Elegibilidade e inelegibilidade;
- Condutas vedadas aos agentes públicos;
- Uso da máquina pública;
- Publicidade institucional;
- Redes sociais e propaganda eleitoral;
- Prestação de contas;
- Abuso de poder político e econômico;
- Crimes eleitorais.
- Casos Práticos

LICITAÇÕES, CONTRATOS E SEGURANÇA JURÍDICA

- Planejamento das contratações;
- Estudo técnico preliminar;
- Termo de referência;
- Contratações Diretas: Dispensa e inexigibilidade de licitação na prática;

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E RESPONSABILIZAÇÃO

- Execução contratual;
- Aditivos e apostilamentos;
- Equilíbrio econômico-financeiro;
- Papel do controle interno no acompanhamento da execução dos contratos;
- Jurisprudência dos Tribunais de Contas.

RESPONSABILIDADE DOS AGENTES PÚBLICOS

- Improbidade administrativa;
- Responsabilização civil, administrativa e penal;
- Responsabilidade dos vereadores;
- Sanções aplicáveis;
- Jurisprudência recente dos Tribunais Superiores.
- Perguntas e Respostas



Ministrante

Fagner Gongora

Advogado, formado pela Universidade Norte do Paraná, administrador público e especialista em Administração Pública formado pela Universidade Estadual de Maringá – UEM. Palestrante. Consultor jurídico e administrativo.

Inscrição

As inscrições devem ser realizadas através do site: www.unicursoscuretiba.com.br ou pelo telefone (41) 3018-1802, ou pelo whats (41) 99950-5578.

Valor: 2.590,00 *por participante*

Incluído no valor:

- Apostilas
- Coffee break
- Certificados de participação.

Pagamento

O pagamento deve ser realizado através de depósito bancário em nome de **UNICURSOS**

Informações bancárias

Banco do Brasil –
Agência 1433-8
Conta Corrente 54.542-2.

PIX

CNPJ
19.949.769/0001-89

Após efetuar o depósito favor enviar o comprovante pelo e-mail: unicursoscureitiba@outlook.com favor colocar o nome do(s) participante(s) em anexo.

ATENÇÃO: "O certificado de realização do curso será emitido somente para os alunos que participaram de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) de horas/aula".



Fagner Gongora Ferreira

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/3430165560857469>

ID Lattes: **3430165560857469**

Última atualização do currículo em 01/07/2025

Pós graduado em Gestão Pública Municipal pela Universidade Estadual de Maringá (2012). Graduado em Direito pela Universidade Norte do Paraná (2005). Graduado em Administração Pública pela Universidade Estadual de Maringá (2013). Palestrante. Tem experiência na área de administração pública com ênfase em Estado e Governo. **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome

Fagner Gongora Ferreira

Nome em citações bibliográficas

FERREIRA, F. G.

Lattes iD



<http://lattes.cnpq.br/3430165560857469>

País de Nacionalidade

Brasil

Endereço

Endereço Eletrônico

E-mail para contato: fagonn1@gmail.com

Formação acadêmica/titulação

2010 - 2012

Especialização em Gestão Pública Municipal. (Carga Horária: 480h). Universidade Estadual de Maringá, UEM, Brasil.

Título: Gestão Pública: Uma análise da importância da elaboração do orçamento na atuação estatal.
Orientador: Valdir Gomes.

2010 - 2013

Graduação em Administração Pública.
Universidade Estadual de Maringá, UEM,
Brasil.

2000 - 2005

Graduação em Direito.
Universidade Norte do Paraná, UNOPAR,
Brasil.
Título: A filiação por reprodução Assistida
e o Direito Sucessório.
Orientador: Cintia Laia dos Reis e Silva
Puppio.

Formação Complementar

2012 - 2012

Aposentadorias e Pensões. (Carga
horária: 8h).
Escola de Gestão Pública Tribunal de
Contas do estado do Paraná, EGP/TCE-PR,
Brasil.

2012 - 2012

Gestão de Regimes Proprios de
Previdencia Social. (Carga horária: 8h).
Escola de Gestão Pública - Tribunal de
Contas do Estado do Paraná, EGP/TCE-
PR, Brasil.

2012 - 2012

Contratação de Pessoal. (Carga horária:
8h).
Escola de Gestão Pública, EGP, Brasil.

2010 - 2010

Extensão universitária em EAD Docência.
(Carga horária: 60h).
Fundação Getúlio Vargas, FGV, Brasil.

Atuação Profissional

Prefeitura Municipal de São João do Caiuá, PMSJC, Brasil.

Vínculo institucional

2025 - Atual

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento
Funcional: PROCURADOR GERAL

Vínculo institucional



Patrimônio

FORMAÇÃO OFICIAL

Gestão Patrimonial Aplicada no Setor Público

19 e 20 de Agosto/ 2026

Curitiba/PR

**Evento Presencial*

Diogo Duarte



Objetivo

Capacitar os participantes com uma metodologia prática e eficaz para uma gestão patrimonial mais eficiente, a partir de experiências práticas. Além disso, terão acesso ao lançamento do livro Manual de Controle Patrimonial nas Entidades Públicas, segunda edição, uma obra referência no cenário nacional.

Público-alvo

Controladores internos, auditores internos e externos, gestores públicos, advogados, gestores patrimoniais, servidores dos setores de patrimônio e contabilidade e demais profissionais e servidores envolvidos com a gestão e o controle patrimonial.

Local



**Hotel Saint Emilion,
CURITIBA-PR**

Carga horária:



16hs

Horários



19/08/2026 - 8h30 às 12h | 13h30 às 18h

20/08/2026 - 8h30 às 12h | 13h30 às 18h

Conteúdo Programático

VISÃO 360 GRAUS DO PATRIMÔNIO

- Responsabilidades
- Princípio da segregação de funções
- Três pilares de controle (pirâmide patrimonial)
- Aplicação da pirâmide patrimonial no dia a dia
- Apontamentos pela má aplicação da pirâmide patrimonial

A NOVA CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA

- Revogação da Portaria 448/2002
- Corrente x capital
- Investimento x inversão financeira
- Permanente x consumo

CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL PARA CONTADORES E PARA GESTORES PATRIMONIAIS SEM FORMAÇÃO CONTÁBIL

- Ativo imobilizado: conceito, classificações e erros comuns
- Integração entre contabilidade e patrimônio: aspectos práticos
- Princípios contábeis para contadores e gestores patrimoniais
- Cinco fatores que podem mudar o valor de um bem
- Atividade aplicada

TOMBAMENTO, RELAÇÃO CARGA E CONTROLE SIMPLIFICADO

- Conceito de tombamento
- Regras (atuais) de tombamento
- Conceito de controle simplificado
- Conceito de relação carga
- Tombamento x relação carga
- Métodos de controlar de forma simplificada
- Explicação prática da relação custo-benefício do controle
- Modelo de parecer para a definição da relação custo-benefício
- Técnicas para normatizar o tombamento

RECEBIMENTO DE BENS

- Exigências previstas na Constituição Federal
- Regras de recebimento previstas na Lei 14.133/21 Regras de recebimento previstas em normativos diversos
- Quando aplicar o recebimento provisório
- Regras (obrigatórias) para o recebimento definitivo
- Técnicas para normatizar o recebimento definitivo
- TRD – Termo de Recebimento Definitivo – modelo, regras e práticas

BAIXAS DE BENS NA PRÁTICA

- Itens obrigatórios em um processo administrativo em casos de:
- Baixas por reclassificação da despesa
- Baixas por alienação
- Baixas por não localização em inventário
- Baixas por custo-benefício de controle
- Baixas por furto/roubo
- Baixas por perda total
- Baixas por morte de semoventes
- Baixas de bens antigos, sem rastreabilidade contábil e patrimonial

INVENTÁRIO GERAL DE BENS

- Os três tipos de protocolos vigentes
- Inventário ideal
- Inventário aceitável
- Inventário reprovável pelas Cortes de Contas
- Tecnologias disponíveis para o inventário

AValiação DE BENS A VALOR DE MERCADO

- Quando avaliar
- Análise simplificada das avaliações
- Responsáveis pela avaliação
- Exemplo prático
- Modelo orientativo para avaliações

TR – TERMO DE RESPONSABILIDADE – MODELO, REGRAS E PRÁTICAS TRANSFERÊNCIA INTERNA E EXTERNA DE BENS

- Métodos legais de realizar as transferências internas
- Transferência interna: conceito e aplicação prática
- Transferência externa: conceito e aplicação prática
- Segregação de funções na transferência de bens
- Responsabilidade do patrimônio nas transferências
- Papel dos responsáveis pelos bens no processo de transferência
- Técnicas para normatizar as transferências internas

Ministrante

Diogo Duarte



- Contador e especialista em controle patrimonial.
- Autor da segunda edição do "Manual de Controle Patrimonial nas Entidades Públicas", 2025. Autor e coautor de outras 5 obras em patrimônio público, contabilidade e controle interno.
- Referência nacional no tema de controle e gestão patrimonial.
- Palestrante e instrutor em diversos treinamentos para órgãos públicos.
- 18 anos treinando servidores públicos para a alta performance.
- Consultor em patrimônio público de estados, municípios e de órgãos federais, com ampla experiência na implementação de normas internas, rotinas e sistemas de controle patrimonial.

OBRAS PUBLICADAS:

- Manual de Controle Patrimonial nas Entidades Públicas – Segunda edição (2025)
- Manual de Controle Patrimonial nas Entidades Públicas (2013)
- Entendendo a Contabilidade Patrimonial no Setor Público (2017)
- Contabilidade Aplicada ao Setor Público: estudos e práticas (2017)
- NBCASP sob a ótica das IPSAS
- A Estruturação dos Controles Internos Municipais
- Revisor: Processo Licitatório e a LC 123/2006

Inscrição

As inscrições devem ser realizadas através do site: www.unicursoscuitiba.com.br ou pelo telefone (41) 3018-1802, ou pelo whats (41) 99950-5578.

Valor: 2.890,00 *por participante*

Incluído no valor:

- Apostilas
- Coffee break
- Certificados de participação.

Pagamento

O pagamento deve ser realizado através de depósito bancário em nome de **UNICURSOS**

Informações bancárias

Banco do Brasil –
Agência 1433-8
Conta Corrente 54.542-2.

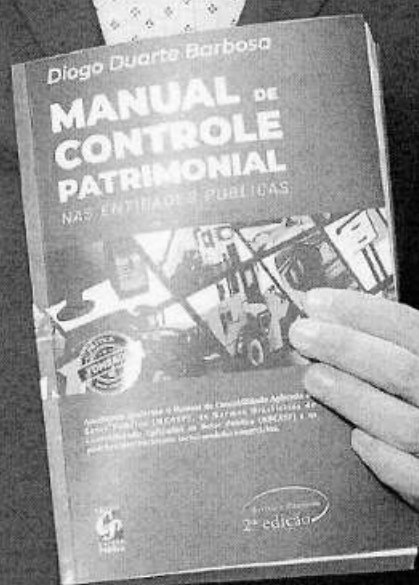
PIX

CNPJ
19.949.769/0001-89

Após efetuar o depósito favor enviar o comprovante pelo e-mail: unicursoscuitibacapa@outlook.com favor colocar o nome do(s) participante(s) em anexo.

ATENÇÃO: "O certificado de realização do curso será emitido somente para os alunos que participaram de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) de horas/aula".

FORMAÇÃO OFICIAL - GESTÃO PATRIMONIAL APLICADA NO SETOR PÚBLICO



Professor
Diogo Duarte

CASP ONLINE

De Norte a Sul do País

SOLUÇÕES E SEGURANÇA
PARA O SETOR PÚBLICO

PILARES

- EXCELÊNCIA TÉCNICA
- RESPEITO
- CREDIBILIDADE

Whatsapp:: 91.98413-7195

Porto Alegre/Belém

O SUCESSO NÃO
ACONTECE POR
ACASO

CASP
Online

SOBRE A CASP ONLINE



COMPOSIÇÃO

A CASP Online é uma entidade composta por especialistas em Gestão e Contabilidade aplicadas ao setor público. Atualmente, orgulhamo-nos em ser uma das mais respeitadas empresas do Brasil em treinamentos e consultoria para o setor público.

EXCELÊNCIA TÉCNICA

um caso de sucesso

Há anos a CASP Online se destaca no cenário nacional como uma das mais importantes empresas de treinamentos e qualificação para o setor público, e já atingiu a expressiva marca de cinco mil servidores públicos capacitados em um único ano. Com sede no Rio Grande do Sul, hoje conta com uma filial em Belém e unidades representativas em vários estados brasileiros.

A Direção Técnica dos trabalhos é conferida ao Professor e Contador Diogo Duarte Barbosa, renomado consultor e palestrante nacional, especialista em contabilidade pública e graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Autor e coautor de cinco obras, integrou as Comissões de Estudos de Contabilidade Aplicada ao Setor Público dos CRC-RS e CRC PA.



WWW.CASPONLINE.COM.BR
ADMINISTRATIVO@CASPONLINE.COM.BR

Porto Alegre / Belém

FEITO SOB MEDIDA



DIFERENCIAIS

Os treinamentos e seminários *incompany* **são customizáveis**, ou seja, são adaptados (didaticamente) para a realidade do seu Órgão. Por exemplo: treinamentos para a área fim de TCM, TCE ou outros órgãos de controle, **adaptamos o material e a didática para o enfoque de auditoria**, fazendo com que os participantes tenham ferramentas reais para o desempenho de suas funções.

Outro importante diferencial é a **linguagem aplicada**, pois o professor utiliza suas **consagradas obras como base teórica, e também muitos casos práticos da União, de Estados e de Municípios** que clareiam a visão dos participantes, propiciando a interação total da turma durante o treinamento.

CONHEÇA ALGUNS CLIENTES

INCOMPANY



FIORILLI
SOFTWARE



**PREFEITURA DE
MACEIÓ**



WWW.CASPONLINE.COM.BR

Porto Alegre / Belém

FORMAÇÃO OFICIAL - GESTÃO PATRIMONIAL APLICADA NO SETOR PÚBLICO

Objetivo:

Capacitar os participantes com uma metodologia prática e eficaz para uma gestão patrimonial mais eficiente a partir de experiências práticas. Além disso, terá acesso ao lançamento do livro Manual de Controle Patrimonial nas Entidades Públicas, segunda edição, **uma obra referência no cenário nacional.**

Público-alvo

Auditores internos e externos, gestores públicos, advogados, gestores patrimoniais, servidores dos setores de patrimônio e contabilidade, membros do controle interno e demais profissionais envolvidos com a gestão e o controle patrimonial.

Metodologia

Exposição dialogada com apoio de recursos audiovisuais, análise de casos reais, debates orientados e interação com os participantes, com espaço para compartilhamento de experiências e esclarecimento de dúvidas.





CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Visão 360 graus do patrimônio

- Responsabilidades
- Princípio da segregação de funções
- Três pilares de controle (pirâmide patrimonial)
- Aplicação da pirâmide patrimonial no dia-a-dia
- Apontamentos pela má aplicação da pirâmide patrimonial

A nova classificação da despesa

- Revogação da Portaria 448/2002
- Corrente x capital
- Investimento x inversão financeira
- Permanente x consumo

Classificação contábil para contadores e para gestores patrimoniais sem formação contábil

- Ativo imobilizado: conceito, classificações e erros comuns
- Integração entre contabilidade e patrimônio: aspectos práticos
- Princípios contábeis para contadores e gestores patrimoniais
- Cinco fatores que podem mudar o valor de um bem
- Atividade aplicada

Tombamento, relação-carga e controle simplificado

- Conceito de tombamento
- Regras (atuais) de tombamento
- Conceito de controle simplificado
- Conceito de relação carga
- Tombamento x relação carga
- Métodos de controlar de forma simplificada
- Explicação prática da relação custo-benefício do controle
- Modelo de parecer para a definição da relação custo-benefício
- Técnicas para normatizar o tombamento



CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Recebimento de bens

- Exigências previstas na Constituição Federal
- Regras de recebimento previstas na Lei 14133/21
- Regras de recebimento previstas normativos diversos
- Quando aplicar o recebimento provisório
- Regras (obrigatórias) para o recebimento definitivo
- Técnicas para normatizar o recebimento definitivo
- TRD – Termo de Recebimento Definitivo – modelo, regras e práticas

• **TR -Termo de Responsabilidade – modelo, regras e práticas**

Transferência interna e externa de bens

- Métodos legais de realizar as transferências internas
- Transferência interna: conceito e aplicação prática
- Transferências externa: conceito e aplicação prática
- Segregação de funções na transferência de bens
- Responsabilidade do patrimônio nas transferências
- Papel dos responsáveis pelos bens no processo de transferência
- Técnicas pra normatizar as transferências internas

Baixas de bens na prática

- Itens obrigatórios em um processo administrativo em casos de:
- Baixas por reclassificação da despesa
- Baixas por alienação
- Baixas por não localização em inventário
- Baixas por custo-benefício de controle
- Baixas por furto/roubo
- Baixas por perda total
- Baixas por morte de semoventes
- Baixas de bens antigos, sem rastreabilidade contábil e patrimonial



CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Inventário geral de bens

- Os três tipos de protocolos vigentes
- Inventário ideal
- Inventário aceitável
- Inventário reprovável pelas Cortes de Contas
- Tecnologias disponíveis para o inventário

Avaliação de bens a valor de mercado

- Quando avaliar
- Análise simplificada das avaliações
- Responsáveis pela avaliação
- Exemplo prático
- Modelo orientativo para avaliações

CURRÍCULO DO PROFESSOR

DIOGO DUARTE



- Contador e especialista em controle patrimonial.
- Autor da segunda edição do "Manual de Controle Patrimonial nas Entidades Públicas", 2025. Autor e coautor de outras 5 obras em patrimônio público, contabilidade e controle interno.
- Referência nacional no tema de controle e gestão patrimonial.
- Palestrante e instrutor em diversos treinamentos para órgãos públicos.
- 18 anos treinando servidores públicos para a alta performance.
- Consultor em patrimônio público de estados, municípios e de órgãos federais, com ampla experiência na implementação de normas internas, rotinas e sistemas de controle patrimonial.



OBRAS PUBLICADAS:

- Manual de Controle Patrimonial nas Entidades Públicas – Segunda edição (2025)
- Manual de Controle Patrimonial nas Entidades Públicas (2013)
- Entendendo a Contabilidade Patrimonial no Setor Público (2017)
- Contabilidade Aplicada ao Setor Público: estudos e práticas (2017)
- NBCASP sob a ótica das IPSAS
- A Estruturação dos Controles Internos Municipais
- Revisor: Processo Licitatório e a LC 123/2006



WWW.CASPONLINE.COM.BR

CURSO PRESENCIAL

Legislativo

executivo

**Cooperação entre
Poderes para uma
Gestão Pública mais
Eficiente –
Fiscalização e
Governança de
Acordo com novas
Exigências do TCE**

26 a 28 de Agosto/ 2026

Curitiba/PR

**Evento Presencial*

Priscila Rodrigues



Objetivo

Capacitar vereadores, secretários municipais, procuradores, controladores internos e demais agentes públicos para compreenderem a fiscalização como instrumento de fortalecimento da gestão pública, desenvolvendo uma atuação técnica, preventiva e cooperativa entre os Poderes Legislativo e Executivo. O curso busca promover a boa governança, o aperfeiçoamento da administração pública, a prevenção de irregularidades e a construção de soluções institucionais voltadas à eficiência, à transparência e ao atendimento do interesse público.

Público-alvo

Presidentes de Câmaras Municipais, Vereadores, Secretários Municipais, Prefeitos e Vice-Prefeitos, Chefes de Gabinetes, Assessores Parlamentares, Assessores Legislativos, Advogados, Contadores, Controladores Internos, Assessores Jurídicos, Procuradores, Técnicos e demais servidores públicos do Legislativo, Executivo e equiparados da Administração Direta e Indireta, que estejam atuando no objeto do estudo, bem como, os agentes políticos municipais.

Local



**Hotel Saint Emilion,
CURITIBA-PR**

Carga horária:



15hs

Horários



26/08/2026 - 9h às 12h | 14h às 17h

27/08/2026 - 8h30 às 12h | 14h às 17h

28/08/2026 - 8h30 às 11h

Conteúdo Programático

MÓDULO 1 – COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL ENTRE OS PODERES

- Competências constitucionais do Legislativo e do Executivo.
- Fiscalização como dever constitucional.
- Cooperação institucional e fortalecimento da gestão pública.

MÓDULO 2 – GOVERNANÇA PÚBLICA E FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

- Governança, integridade e transparência.
- O papel do PROLEGIS na modernização das Câmaras.
- Fiscalização orientada para resultados.

MÓDULO 3 – A FISCALIZAÇÃO PARLAMENTAR NA PRÁTICA

- Instrumentos de fiscalização.
- Limites da atuação parlamentar.
- Fiscalização de contratos, políticas públicas e execução orçamentária.
- Boas práticas para uma fiscalização técnica e eficiente.

MÓDULO 4 – O PAPEL DOS SECRETÁRIOS NA FISCALIZAÇÃO E NA BOA GESTÃO

- A atuação estratégica dos secretários municipais.
- Transparência, prestação de contas e respostas ao Legislativo.
- Organização administrativa, prevenção de irregularidades e cooperação institucional.

MÓDULO 5 – CONTROLE, RESPONSABILIZAÇÃO E PREVENÇÃO

- Controle interno e controle externo.
- Tribunal de Contas, Ministério Público e demais órgãos de controle.
- Prevenção de responsabilizações e gestão de riscos.

MÓDULO 6 – SEGURANÇA JURÍDICA NA ATUAÇÃO DOS AGENTES PÚBLICOS

- Processo legislativo aplicado à fiscalização.
- Competências, limites e responsabilidades.
- Comunicação institucional e prevenção de conflitos entre os Poderes.

MÓDULO 7 – OFICINA PRÁTICA DE FISCALIZAÇÃO E FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

- Estudos de casos reais.
- Construção de estratégias de fiscalização.
- Soluções cooperativas para o aperfeiçoamento da gestão pública.



Ministrante

Priscila Rodrigues

Advogada, Especialista em Direito Administrativo e Administração Pública e Ex-Procuradora Municipal do Município de Bocaiúva do Sul, Membro da Comissão de Gestão Pública e Controle da Administração da Ordem dos Advogados do Brasil.

Inscrição

As inscrições devem ser realizadas através do site: www.unicursoscuritiba.com.br ou pelo telefone (41) 3018-1802, ou pelo whats (41) 99950-5578.

Valor: 2.590,00 *por participante*

Incluído no valor:

- Apostilas
- Coffee break
- Certificados de participação.

Pagamento

O pagamento deve ser realizado através de depósito bancário em nome de **UNICURSOS**

Informações bancárias

Banco do Brasil –
Agência 1433-8
Conta Corrente 54.542-2.

PIX

CNPJ
19.949.769/0001-89

Após efetuar o depósito favor enviar o comprovante pelo e-mail: unicursoscapitacao@outlook.com favor colocar o nome do(s) participante(s) em anexo.

ATENÇÃO: "O certificado de realização do curso será emitido somente para os alunos que participaram de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) de horas/aula".



Priscila Rodrigues

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/3217019432874485>

ID Lattes: **3217019432874485**

Última atualização do currículo em 03/01/2023

Possui graduação em Ciências Contábeis pela Faculdade Metropolitana de Curitiba (2013); Possui graduação em Direito pelo Centro Universitário - UNICURITIBA; Atualmente está como Procuradora Geral do Município de Bocaiúva do Sul. (Texto informado pelo autor)

Identificação

Nome

Priscila Rodrigues

Nome em citações bibliográficas

RODRIGUES, P.

Lattes iD

 <http://lattes.cnpq.br/3217019432874485>

Endereço

Formação acadêmica/titulação

2022

Especialização em andamento em Direito administrativo e Administração Pública.
Universidade Presbiteriana Mackenzie, MACKENZIE, Brasil.

2019 - 2020

Especialização em Direito das Famílias e Sucessões.
Academia Brasileira de Direito Constitucional, ABDConst, Brasil.
Título: Pacto antenupcial: aspectos e formalidades do seu conteúdo.

2013

Orientador: MARCELO LUIZ FRANCISCO DE MACEDO BURGÊR.
Graduação em andamento em Direito.

2009 - 2013

Centro Universitário Curitiba, UNICURITIBA, Brasil.
Graduação em Ciências Contábeis.
Faculdade Metropolitana de Curitiba, FAMEC, Brasil.
Título: Auditoria empresarial.
Orientador: Lawrence de Sá.

Formação Complementar

2017 - 2017

OFICINA DE PARENTALIDADE - PAIS E FILHOS. (Carga horária: 20h).
Conselho Nacional de Justiça, CNJ, Brasil.

2017 - 2017

CAPACITAÇÃO EM JUSTIÇA RESTAURATIVA. (Carga horária: 40h).

2016 - 2016

Conselho Nacional de Justiça, CNJ, Brasil.
CAPACITAÇÃO DE TERCEIROS FACILITADORES - MEDIAÇÃO JUDICIAL. (Carga horária: 40h).
Conselho Nacional de Justiça, CNJ, Brasil.

Atuação Profissional

ZINTEC ZINCAGENS TÉCNICAS LTDA, ZINTEC, Brasil.

Vínculo institucional

2008 - 2016

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: GERENTE ADMINISTRATIVO, Carga horária: 25

Outras informações

Atua em toda área administrativa, contas a pagar e receber, recursos humanos, compras e suprimentos.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PR, TJPR, Brasil.

Vínculo institucional

2015 - 2017

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: MEDIADORA, Carga horária: 30,
Regime: Dedicação exclusiva.

Victor Marins Advogados Associados, VM, Brasil.

Vínculo institucional

2017 - 2021

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Advogada

Prefeitura Municipal de Bocaiúva do Sul, PBDS, Brasil.

Vínculo institucional

2021 - Atual

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Procuradora Geral do Município,
Carga horária: 40

Áreas de atuação

1.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito.

Produções

Produção bibliográfica